



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

O desafio continua: ambiente, política e democracia

liberais e marxistas
Mauro Leonel
Julieth Aquino

Como citar: LEONEL, M.; AQUINO, J. O desafio continua: ambiente, política e democracia – liberais e marxistas. *In:* SIMONETTI, M. C. L.(org). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento** – Meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p41-45.
DOI:<https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-140-9.p41-45>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

O DESAFIO CONTINUA: AMBIENTE, POLÍTICA E DEMOCRACIA - LIBERAIS E MARXISTAS

Mauro Leonel

Julieth Aquino

Com a evidência do aquecimento global, somando-se à degradação da natureza, e à incapacidade dos governos em responder à altura, o tema ambiente volta a exigir a discussão da democracia em escala local e global. Sem dúvida ter-se-á que buscar os elementos nas teorias da democracia participativa, diante da falta de resposta dos governos liberais representativos e da apatia de grande parte da cidadania, pela inserção da política e da temática ambiental.

As ameaças ambientais convocam o cidadão a estar presente em todos os detalhes da vida cotidiana, desde o uso dos automóveis, as indústrias, o consumo corrente, a punição e impostos aos poluidores, enfim, precisa manifestar-se na vida do dia a dia, nos métodos de produção e seu impacto. A política, a teoria política inclusive, precisam ser revistas, deixarem de ser apenas eleitoral e multiplicarem-se os mecanismos de participação e a presença do cidadão ativo.

Eckersley (1995: 76) aponta para a necessidade de se voltar às idéias clássicas da democracia, com seus valores intrínsecos de respeito, dignidade, ética, liberdade, retomando os gregos, renascentistas, iluministas, tradições humanistas, liberais e outras contribuições de pensamentos dos últimos séculos e contemporâneos.

É o momento de favorecer não apenas os interesses humanos, mas também os não humanos, da natureza - postulando uma relação integrada da humanidade e do ambiente - combater, assim, o antropocentrismo. Para uma relação harmoniosa com a natureza, um dos primeiros passos é partir de um pensamento ecológico, ou

melhor, político ambiental, que tenha como prioridade a participação, no cuidado com a sobrevivência articulada com a emancipação. Neste sentido, é preciso tomar cuidado com excessos de humanismo; o não humano, outras manifestações da natureza, devem ser considerados igualmente num processo social. Não se pode ver mais os homens apenas com valores instrumentais produtivistas para a sua realização.

A advertência ao antropocentrismo modifica os pressupostos da teoria política moderna, valorizando os temas ambientais frente à destruição. Exige ainda, um pensamento e valores políticos novos, abrindo diálogo entre a esquerda e a direita, a partir dos mais moderados, pois a radicalização de posições dificulta o entendimento.

O pensamento ambiental aproxima-se da esquerda por causa do ethos culturalmente inovador e igualitário, coincidindo neste ponto ao pretender uma maior participação popular-cidadã, assim como no liberalismo mais avançado. As autoridades hierárquicas, o poder constituído, em geral dos mais fortes e ricos, obstruem o caminho para a emancipação. Pretende-se que o ambientalismo busque o controle da sociedade técnica, que o liberalismo e o marxismo negligenciam.

Os ecopolíticos dirigem duras críticas ao processo de industrialização, afastando-se também do “capitalismo de estado” dos países comunistas, como dos países de mercado, por razões éticas, porque ambos esses regimes privilegiam a supremacia sobre a natureza, e defendendo a primazia do econômico sobre a natureza.

Entre os liberais John Stuart Mill se destacou, defendeu a diversidade ecológica e uma economia em geral, e de estado, estacionária e suficiente, como antes Henry Thoreau. Passou-se, então, a pensar numa sociedade liberal ecologicamente sustentável, que naturalmente ultrapassaria os países de “capitalismo de Estado” e os de mercado. Esta evolução acompanhava críticas ao livre mercado e ao desemprego, em favor dos direitos individuais e diminuição das desigualdades - feitas pelos socialistas democráticos, os quais não acreditavam no estado do bem-estar como a única solução.

Resistia-se aos consumidores passivos do mercado, defendendo produtores autônomos e autogestores e a justiça redistributiva, o aumento da separação entre ricos e pobres, por uma sociedade mais igualitária, respeitando limites ecológicos, valorizando a democracia, o corporativismo e o comunitarismo; parte dos marxistas acompanhavam esta nova ética ao assistirem a degradação do leste europeu.

Marx se preocupou apenas marginalmente com a degradação ambiental. Para ele a Natureza era um meio de trabalho humano. Marx refere-se a uma “natureza externa”, fonte dos objetos de trabalho, fala em laboratórios, instrumentos; admitia que era um ato de apropriação do trabalho pela tecnologia, que a natureza não podia fazer sozinha. Os homens eram uma parte ou até separados da natureza. Havia uma separação (ECKERSLEY, 1995, p. 77).

O jovem Marx nos “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, de 1844, falava em humanização e naturalização da humanidade. A Natureza era um corpo inorgânico e que era da essência humana transformar o mundo externo. O trabalho tinha poder produtivo e o homem tinha suas necessidades, mas ele queria a atividade humana livre, espontânea mas sem preocupações particulares com os não humanos.

Quando o trabalhador é alienado de seu produto pelos patrões, fica estranho ao produto; há um estranhamento dos outros homens e da natureza, é a alienação do trabalho. O proletariado tem de dominar os meios de produção. Marx falava desta forma em “homo faber”, aí há um antagonismo entre humanidade e natureza, porque trabalho e tecnologia são apenas caminhos da auto-realização humana. (ECKERSLEY, 1995, p. 78).

Marx falava numa humanização da natureza pela tecnologia, inovação e automação. A economia subordinava o processo natural, conseqüência da necessidade e liberdade; o “velho” Marx também não acreditava que a luta do homem contra a natureza fosse abolida; então não haveria reconciliação com a natureza. O antagonismo entre a Humanidade e a Natureza nunca poderia ser inteiramente resolvido. Forças de produção eram entendidas como meios tecnológicos para o controle da natureza externa para satisfazer necessidades. Assim, Marx absorveu a fé vitoriana-iluminista na ciência e no progresso tecnológico, no qual o homem demonstrava a Natureza através da ciência.

Embora admitisse uma dependência do homem frente à natureza, o intercâmbio com ela deveria ser nas condições favoráveis para o homem. A necessidade era a base para usar e mudar a Natureza. Engels chegou a argumentar em *Introdução à Dialética da Natureza*: “Dominar para servir fins humanos”. Afirma que temos a vantagem de aprender as leis da Natureza e aplicá-las corretamente. Em *O Capital* Marx admite que há exploração do trabalhador e do solo, mas que a ciência aumentaria as incursões sobre a Natureza (MARX, 1977 apud ECKERSLEY, 1995, p. 80).

Hebert Marcuse e André Gorz, ecosocialistas, menos ortodoxos, mais sensíveis ecologicamente, defendiam harmonizar as relações entre humano e não humano, mas foram por alguns considerados pouco críticos a Marx, mantendo uma orientação instrumentalista e antropocêntrica.

Ambientalismo é considerado mais da sociologia política, enquanto ecologia tem uma significação puramente científica que vem de Ernst Haeckel-1870. Nos anos 70, os dois termos tornaram-se movimentos, forças sócio-políticas, mais que uma doutrina científica, com os ecológicos, os partidos verdes e grupos de pressão, de ação direta e pela paz.

Os ambientalistas enfatizam mais as práticas sociais, os ecólogos, as comunidades biológicas e seus “habitats”. Há hostilidades: os ambientalistas expressam hostilidade à ciência e tecnologia, devido à degradação, mas recorrem às evidências das ciências no aquecimento global, por exemplo. Esses movimentos

pregam políticas de descentralização, não-violência, democracia participativa, igualitarismo, anti-nuclear, reformas ecológicas e pregam penalidades e impostos aos que detem a tecnologia e o capital.

Os ambientalistas são chamados de duros, mas mais abertos que os ecologistas à negociação; os duros seriam minoritários e fanáticos contra qualquer desenvolvimento econômico, porque rejeitaram o conceito de desenvolvimento sustentável do relatório da ONU “*Our Common Future*” (BRUNDTLAND, 1987)

Marxistas e Liberais no fundo concordavam sobre a infinita possibilidade de aproveitar-se dos surtos do progresso que poderiam ser administrados e divididos. Locke e Marx viam igualmente a economia como o ato de produzir pela apropriação da natureza essencial à liberdade humana. A natureza era lugar de aumentar a atividade humana adquirindo valor pelo trabalho humano e tecnologia, e embora divergissem sobre a dominação de classe, defendiam a transformação da natureza como inquestionável. E que a era moderna traria solução à pobreza, à injustiça e desigualdade com a abolição da escassez, via tecnologia e conhecimento, pelas novas gerações.

Nos ideais iluministas da progressiva libertação dos limites tradicionais e naturais os emancipadores ecológicos pioneiros viram apenas um período aberrante na escassez, e o debate deu-se sobre a sociedade pós-liberal e os problemas sociais e ambientais que cresciam. Viram limites ao crescimento contínuo da riqueza e queriam rever o antropocentrismo tecnológico. As teorias liberais concordavam nestas interpretações, em que o sistema contemporâneo é dominado por uma rede de trocas, onde o estado diminuía sua importância, o que de fato ocorreu. Os marxistas insistiam na violência da propriedade privada e da poliarquia. Weber ressalta o papel da tecnoburocracia, Foucault o da vigilância; na verdade estes problemas são interligados à sociologia ambiental.

O ambientalismo começou em pequena escala com a chuva ácida, poluição dos automóveis, poluição industrial. Aos poucos aumentaram seus interesses e sua intervenção, inclusive universalizando-a, por causa das florestas e da poluição dos países do hemisfério norte. Os problemas foram ficando cada vez mais políticos, promovendo-se campanhas e formando-se comunidade e não governamentais. Em particular passaram os ambientalistas a preocupar-se com a indústria de poluição nos países em desenvolvimento, poluição exportada para os países ricos. Pressionaram por um meio mais justo nos países ricos, compensatórios para os pobres. E chamam a atenção para os efeitos sobre as minorias étnicas. (PASSAMORE, 1993, p. 475).

Surgiram novos atores coletivos. Iniciativas positivas, ações, como a reciclagem, coleta seletiva, estudos científicos, não-governamentais, partidos afins, culminando em novas legislações e acordos internacionais, congressos, uma importante corrente contra a falácia do desenvolvimento técnico-científico. Nas últimas décadas, as preocupações com esquerda/direita ou liberais e marxistas, e o ambientalismo, transformaram-se na crítica e na mudança da sociedade como um

conjunto produtor de bens materiais, sua tecnologia e do modo de uso da natureza, ou seja, o que se denominou industrialismo, abrangendo as várias políticas, práticas e teorias do desenvolvimento, com a necessidade de passar a um outro modelo de sociedade, uma crítica à modernidade, ao modo de vida contemporâneo. Passou-se à crítica ao industrialismo. Uma revisão profunda do que significa desenvolvimento. Os problemas ficaram menos compartimentalizados. A ligação entre ingovernabilidade e a relativa, ou pequena, eficácia dos movimentos verdes ainda não trouxeram grandes mudanças. Faz-se então urgente a continuidade da produção científica, em particular nas teorias, nas ciências sociais, na sociologia ambiental, na ecologia política.

Enfim o desafio à comunidade científica continua e aumenta, na medida em que se comprova a ameaça ambiental, tanto global como local. As emergências das situações fizeram com que ambientalistas pensassem em novas estratégias de ação, como a conquista e democratização de poder, seja político ou institucional. E as divergências aliadas ao processo de reflexão ambiente *versus* desenvolvimento, inevitavelmente suscitaram e suscitam cisões entre ambientalistas e os métodos produtivos, isto diante de uma sociedade de risco que exalta cada vez mais “O mito do Progresso” (DUPAS, 2006). Daí a importância do resgate de idéias e questões de pensadores clássicos da democracia representativa, mesmo de correntes teóricas distintas (liberais ou marxistas), pois um olhar a partir destes proporciona um diferencial na abordagem de questões tão complexas quanto problemáticas, como aquela que se tornou o principal desafio, teórico e prático, para todas as áreas do conhecimento científico, da humanidade no século XXI: recusar o desenvolvimento ou corrigi-lo, sempre criando uma nova sociedade? O desafio aos pesquisadores sociais continua, aumenta e convida a novas produções concomitantes aos conhecimentos científicos que advertem cada vez mais fundamentada e globalmente contra os grandes riscos ambientais.

REFERÊNCIAS

- CASTORIADIS, C. et al. *De l'ecologie a l'autonomie*. Paris: Seuil, 1981.
- DRYZEK, J. S. *The politics of the earth*. Oxford: University Press, 1997.
- _____. *Discursive democracy*. Cambridge: University Press, 1990.
- DUPAS, G. *O mito do progresso*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- ECKERSLEY, R. E. *Environmentalism and political theory*. Nova Iorque: UCL Press, 1995.
- LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura*. Blumenau: Edifurb, 2000.
- OUR COMMON FUTURE, Report of the world commission on environment and development. Published as Annex to General Assembly Document A/42/427. 1987
- PASSAMORE, J. *Environmentalism: a companion to contemporary political philosophy*. Edited by Robert E. Goodin and Philip Pettit. Oxford: Blackwell, 1993.